

GLÓRIA REBELO

TRABALHO,
EMPREGO E
SEGURANÇA
SOCIAL

Transformações e Desafios



EDIÇÕES SÍLABO

Aos meus filhos António, Pedro e João.

«A democracia política e a democracia económica pressupõem-se reciprocamente, e as imperfeições da democracia política resultam em grande parte de não haver a social.»

António Sérgio

1974, *Democracia*, Lisboa, Clássicos Sá da Costa: 6

«(...) as sociedades mais igualitárias trabalham mais para preservar a coesão social (...).»

Joseph Stiglitz

2013, *O Preço da Desigualdade*, Lisboa, Bertrand Editora: 145

TRABALHO, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

Transformações e Desafios

GLÓRIA REBELO

EDIÇÕES SÍLABO

É expressamente proibido reproduzir, no todo ou em parte, sob qualquer forma ou meio, **NOMEADAMENTE FOTOCÓPIA**, esta obra. As transgressões serão passíveis das penalizações previstas na legislação em vigor.

Visite a Sílabo na rede
www.silabo.pt

Editor: Manuel Robalo

FICHA TÉCNICA

Título: Trabalho, Emprego e Segurança Social – Transformações e Desafios

Autora: Glória Rebelo

Capa: Pedro Mota

1ª Edição – Lisboa, dezembro de 2017.

Impressão e acabamentos: ARTIPOL – Artes Tipográficas, Lda.

Depósito Legal: 435709/17

ISBN: 978-972-618-927-5

EDIÇÕES SÍLABO, LDA.

R. Cidade de Manchester, 2

1170-100 Lisboa

Telf.: 218130345

Fax: 218166719

e-mail: silabo@silabo.pt

www.silabo.pt

Índice

Índice de quadros	13
Índice de abreviaturas	15
Nota introdutória	17
1. Os desafios à criação de emprego	
«Crise dos <i>subprimes</i> »: uma crise à espera de resposta	19
Economia portuguesa e criação de emprego	23
Considerações finais	24
2. Emprego em Portugal: que destruição, que criação?	
Crise financeira internacional e destruição de emprego	27
Da reconfiguração do mercado de trabalho em Portugal	31
Considerações finais	32
3. Emprego e proteção social: por uma visão integrada das políticas públicas	
Introdução: crise, desemprego e pobreza	33
Emprego e envelhecimento em Portugal	37
Considerações finais	39
4. Ética e responsabilidade social nas organizações	
Ainda a crise financeira internacional: sua contextualização	41
Desigualdades sociais e responsabilidade social das organizações	42
Considerações finais	43

5. Sustentabilidade, emprego e inovação	
Sustentabilidade e emprego qualificado	45
Sustentabilidade e inovação: o caso dos polos de competitividade tecnológica	47
Considerações finais	49
6. Empreendedorismo e trabalho independente	
Educação, inovação e capital humano	51
Emprego, trabalho por conta de outrem e trabalho independente	53
Considerações finais	56
7. Portugal e União Europeia: dinâmicas de emprego e de desemprego	
Enquadramento europeu	59
Pobreza, emprego não permanente e Desemprego de Longa Duração	62
Considerações finais	64
8. Emprego e orçamento de Estado 2014	
Enquadramento: demografia e segmentação do mercado de trabalho	67
Impacto da crise financeira – Desemprego de Longa Duração e «nova pobreza»	69
Orçamento de Estado 2014 e coesão social	71
9. Crescimento sustentável e setor cooperativo	
Crise financeira e desigualdades	75
A resposta do cooperativismo	77
10. Políticas públicas de inovação e desenvolvimento	
Do reforço em investimento público em educação	81
Condições de trabalho e inovação	84
Considerações gerais	85

11. Trabalho, demografia e segurança social	
Um desequilíbrio demográfico	87
Da matriz sociodemográfica e um severo «inverno demográfico»	91
Considerações finais	95
12. Crescimento e emprego qualificado: o desafio pós-troika	
Um percurso de qualificação em Portugal	99
Austeridade, estagnação e desemprego	101
Considerações finais	106
13. Economia e justiça social	
A dimensão social do projeto europeu	109
Portugal: as desigualdades na educação e no trabalho	111
Considerações finais	116
14. Responsabilidade social e desenvolvimento	
O Ano Europeu para o Desenvolvimento: mundo, dignidade e futuro	119
Desigualdades e responsabilidade social	121
Considerações finais	127
15. Investimento, emprego digno e o desígnio de um desenvolvimento sustentável	
Globalização e crise internacional de 2007/2008	129
Do investimento, da qualificação e da inovação	131
O desafio de um mercado de trabalho com emprego digno	133
Considerações finais	136
16. Inovação e Empregabilidade Digital: que Estratégia?	
Empregabilidade e novas exigências da Sociedade da Informação	137
A Agenda Digital para a Europa e a Economia Digital em Portugal	139
Considerações finais	145

17. Justiça Social e Crescimento Partilhado	
Crise financeira, desigualdades e crescimento solidário	149
Trabalho e progresso social	152
Considerações finais	155
18. Um Tempo de Excepcionais Desafios – que Coesão Social?	
As consequências sociais das medidas de austeridade	157
Um tempo de excepcional desafio em matéria social	158
Considerações finais	160
19. Portugal – Que Desenvolvimento pós-2015?	
Austeridade, empobrecimento e retoma	161
Economia informal e emprego decente	164
Considerações finais	165
20. Coesão Territorial e Social – O Caso do Turismo	
Turismo, economia e emprego	167
O turismo como fator de coesão territorial e social	169
Considerações finais	172
21. Coesão Social e Territorial – Da Importância do Setor Cooperativo	
O problema de um desenvolvimento assimétrico do país	175
A importância das cooperativas para a salvaguarda de coesão social e territorial	178
Considerações finais	180
22. Empregabilidade e Envelhecimento Ativo	
A importância de promover um equilíbrio intergeracional na regulação laboral	183
As alterações ao Código do Trabalho e o Desemprego de Longa Duração	189

23. O Brexit e as Eleições Norte-Americanas – Algumas Reflexões	
Globalização e desigualdades sociais	195
Emprego e deslocalizações	196
O Brexit e as eleições presidenciais norte-americanas	197
24. Globalização e Protecionismo – Uma Nova Ordem Mundial?	
A Europa ante a Globalização: o desafio da coesão social	201
Portugal: salário mínimo nacional e trabalhadores pobres	204
A Administração Trump e o protecionismo	207
25. Trabalho e Economia Digital – Que Desafios?	
O Livro Verde sobre as Relações Laborais 2016 e a economia digital	211
A Agenda Digital para a Europa 2010/2020	213
Considerações finais	216
26. A Agenda 2030 – Crescimento Inclusivo e Boa Governação	
A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável	221
A importância da coesão territorial em Portugal	225
Considerações finais	228
27. Das Relações Laborais em Portugal nos Últimos 30 Anos	
Enquadramento	233
A última década das Relações Laborais	239
Considerações finais	245
Bibliografia	247

Índice de quadros

QUADRO 2.1. Evolução da Taxa de Desemprego em Portugal (dados trimestrais de 2007 a 2012)	28
QUADRO 2.2. Evolução do Trabalho por Conta de Outrem (dados trimestrais do 3º T. de 2011 ao 3º T. de 2012)	29
QUADRO 3.1. Taxa de Desemprego na UE27 e na Zona Euro em janeiro e em julho de 2012	34
QUADRO 3.2. Taxa de fecundidade na UE27 e na Zona Euro em 2009 e em 2010	37
QUADRO 11.1. População recenseada em Portugal	89
QUADRO 11.2. Fatores condicionantes da sustentabilidade do sistema público de Segurança Social (anteriores à crise 2007/2008)	92
QUADRO 14.1. Contratos de trabalho permanentes e Contratos de trabalho não permanentes (em %) em países da União Europeia	124
QUADRO 14.2. Taxa de desemprego de Longa Duração na União Europeia de 2009 a 2013	126
QUADRO 19.1. Objetivos Nacionais Europa 2020	163
QUADRO 22.1. Taxa de emprego junto dos trabalhadores seniores, trabalhadores com idades entre os 55 e os 64 anos	186
QUADRO 22.2. Taxas de Desemprego na União Europeia – 2008/2015	188
QUADRO 23.1. Taxa de desemprego (zona Euro, Reino Unido e EUA) – 2008/2015	198
QUADRO 26.1. Os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável – Agenda 2030	222
QUADRO 26.2. Da floresta em Portugal – Iniciativas legislativas (2015-2017)	230

QUADRO 27.1. Taxa de desemprego nalguns países da OCDE – 1994 a 2001	236
QUADRO 27.2. Evolução da taxa de atividade em Portugal – de 1987 a 2016	237
QUADRO 27.3. Evolução da população ativa em Portugal – de 1987 a 2016	238
QUADRO 27.4. Evolução da população ativa nalguns países da UE (em milhares de pessoas) – 1986/2016	239

Índice de abreviaturas

C&T	Ciência e Tecnologia
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CNUCED	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
CRP	Constituição da República Portuguesa
EUA	Estados Unidos da América
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IAS	Indexante dos Apoios Sociais
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
INE	Instituto Nacional de Estatística
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequena e Média Empresa
SMN	Salário mínimo nacional
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TSU	Taxa Social Única
UE	União Europeia

Nota introdutória

Glória Rebelo é Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e é igualmente Doutora pelo ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão.

Tem uma longa carreira e vasto trabalho desenvolvido, com especial relevância na área da Sociologia Económica e das Organizações, bem como do Direito do Trabalho.

Parte valiosa desse trabalho de investigação da autora está patente na sua colaboração, ao longo dos anos, nas publicações da Ordem dos Economistas.

Na verdade, quer nos Cadernos de Economia, quer no Anuário da Economia Portuguesa, Glória Rebelo tem-se debruçado sobre o emprego em geral (criação, crise, tendências), sobre o emprego sénior e o envelhecimento activo, e sobre a regulação laboral, mas também sobre o trabalho independente e o empreendedorismo ou ainda sobre a inovação, a economia digital, a empregabilidade. Outras temáticas chamaram também as suas atenções e aí temos a autora escrevendo acerca da globalização e do proteccionismo, dos desafios ao desenvolvimento sustentável ou da necessidade de refundar a escola, adaptando-a aos desafios deste século.

A justiça social, a ética ou as políticas sociais são outros temas sobre os quais a autora se debruçou e dissertou em várias dessas colaborações a que acima nos referimos. Por último, a importância da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, assim como a correcção de assimetrias sociais, económicas e territoriais perpassam num dos mais recentes trabalhos da autora e revelam a sua constante actualização e a sua sabedoria e interesse sobre os pontos fundamentais que devem nortear uma sociedade para que se desenvolva, cresça e proporcione aos cidadãos uma qualidade de vida apreciável.

Extremamente oportuno e actual, este livro merece a atenção de todos e permite reconhecer o talento e o rigor postos por Glória Rebelo no trabalho que tem desenvolvido ao longo dos últimos anos e agora se publica.

Rui Leão Martinho
Bastonário da Ordem dos Economistas

1

OS DESAFIOS À CRIAÇÃO DE EMPREGO

Publicado no *Cadernos de Economia* nº 100, jul./set. 2012,
Ordem dos Economistas: 32-36.

«Crise dos *subprimes*»: uma crise à espera de resposta

O mês de agosto de 2007 ficará certamente na História como o mês em que o mundo assistiu à maior turbulência financeira internacional (iniciando aquela que viria a ser a «Crise dos *subprimes*») desde o *crash* de Nova Iorque de 1929 e da Grande Depressão dos anos 1930. Há muito que o mundo não conhecia uma crise – financeira, económica e social – de tamanha gravidade e dimensão.

Com o seu epicentro nos EUA (recorde-se a falência, em setembro de 2008, de um dos maiores bancos de Wall Street, o *Lehman Brothers*) a súbita demonstração de enorme fragilidade do sistema bancário veio exigir, como se sabe, a intervenção de Estados e de bancos centrais. Deste modo, esta «crise de *subprimes*» rapidamente se transformou na denominada «crise das dívidas soberanas». E, desta feita, com a sua centralidade na Europa. Os programas de resposta a esta crise do sistema bancário (e à crise económica subsequente) forçaram a generalidade dos países europeus a conceber programas específicos destinados a minimizar os seus efeitos económicos e sociais, com significativas repercussões ao nível da despesa pública.

E, volvidos mais de cinco anos desde o início desta crise, há questões que não podem deixar de nos interpelar.

Como, por exemplo, pode o sistema capitalista financeiro prosseguir desregulado, como tem acontecido desde os anos 1980? A verdade é que se constata que esta crise financeira, além de desencadear um aumento acentuado de falências de empresas e de desemprego nos países mais vulneráveis à crise – em especial os do sul da Europa – tem vindo, igualmente,

o que é muito grave, a originar um manifesto empobrecimento das classes médias e a acentuar as desigualdades sociais, fazendo perigar a ideia de coesão social.

Por outro lado – tal como se vem constatando no plano internacional – à medida que a generalidade dos países europeus planeia estrategicamente responder, no plano económico, a esta crise (em especial aos problemas do fraco crescimento económico e do desemprego), na maioria dos países europeus, aumenta uma lógica de protecionismo económico.

Da Alemanha à França, passando pelo Reino Unido, as economias europeias mais fortes procuram redirecionar o crescimento económico para território nacional preocupando-se, simultaneamente, com a manutenção (e criação) de emprego e com o fortalecimento dos setores produtivos das suas economias, em particular o agrícola e o industrial.¹ Em França parece evidente a preocupação em fortalecer a indústria química, mecânica (vide os bens de equipamento) e a metalurgia, tendo o grupo siderúrgico Arcelor-Mittal anunciado recentemente um volume de investimentos consideráveis; na Alemanha recentemente, doze grandes empresas – entre as quais da indústria química (BASF, Bayer, Wacker), do automóvel (BMW, Daimler) e da siderurgia (Thyssenkrupp, Stahl-holding-saar) – anunciaram a sua associação para efeitos de planeamento de atividades comerciais futuras²; também no Reino Unido – país particularmente afetado pela crise em razão da sua exposição ao setor financeiro – o desafio de regresso ao setor industrial é evidente, principalmente através do fortalecimento da indústria automóvel, sendo que, desde 2008, o setor vem progredindo significati-

(1) Razão pela qual, por exemplo, a agência Fitch manteve, recentemente, a notação de «triplo A» para a dívida a longo prazo da Alemanha, sublinhando que – contrariando o movimento de abrandamento da economia mundial e de crise da Zona Euro – este país regista um forte desempenho económico, a par de um défice público moderado e de taxas de juro nominais baixas (de registar igualmente que o excedente comercial da Alemanha atingiu os 93,3 mil milhões de euros no primeiro semestre deste ano).

(2) Estando este conjunto de empresas alemãs assessoradas (em termos de participação em projetos internacionais) designadamente pela *Boston Consulting Group*, *Egon Zehnder* e *Pricewaterhouse-coopers*.

vamente ao nível das exportações (estimuladas pela desvalorização da libra) e da criação de emprego!¹

A verdade é que, consequência da concorrência dos países emergentes, o grande impacto desta crise foi a destruição massiva de emprego ocorrida nos países europeus. De facto, e depois das «deslocalizações» verificadas para os países emergentes desde o início deste século (que explicam, em grande parte, a destruição de emprego na indústria)², esta crise internacional veio acentuar muito a destruição de emprego (sobretudo do movimento de desindustrialização, devido ao encerramento de muitos estabelecimentos industriais, iniciado na década de 1970 com os primeiros choques petrolíferos mas mais marcado desde 2007). Razão pela qual, um pouco por toda a Europa, se procura agora reverter os efeitos desta situação através de uma manifesta aposta no desenvolvimento económico setorial (em diálogo com os sindicatos), na atração de investimento (nacional e estrangeiro), no incremento da inovação, e no reforço das exportações.

Nos EUA os dados do desemprego divulgados em agosto deste ano mostram, por um lado, que a economia norte-americana está a criar emprego (163.000 empregos em julho, os dados mais significativos dos últimos cinco meses) e, por outro, que tem existido uma forte progressão do emprego industrial, desempenho que testemunha um movimento profundo: a reindustrialização do país. Para muitos especialistas, o essencial do crescimento americano deve-se sobretudo a um regresso a uma aposta nos setores produtivos e a uma progressão do mercado de trabalho devido à criação de emprego na indústria, movimento contrário ao que pudemos observar no passado sendo que, no atual ciclo, o setor dos serviços pouco tem contribuído para a criação de emprego. Este relançamento da indústria norte-americana explica-se de diversas formas: desde logo, pelo esforço da Administração Obama em incrementar as exportações; depois, pela aposta feita em certos setores da economia, como o da energia; e, por fim, porque há um movimento empresarial – estimulado pela imprensa norte-americana – que

(1) Se a quase-totalidade do setor está controlada por estrangeiros – entre outros, os japoneses da Nissan, da Toyota e da Honda, os indianos da Tata e os alemães da BMW – isso não impede que novos investimentos se desenvolvam no Reino Unido criando milhares de novos empregos.

(2) Por exemplo, em Portugal aumentou significativamente a taxa de mortalidade das empresas e, de 2007 a 2011, Portugal foi o país da Zona Euro com maior taxa de mortalidade de empresas, sendo o comércio um dos setores mais atingidos.

vai repatriando agora para os EUA, o emprego outrora transferido para os países com custos salariais mais baixos.

Mas esta crise não tem afetado do mesmo modo as diversas regiões e países do mundo. A denominada «crise das dívidas soberanas» desenvolveu-se, sobretudo, nos países da Europa meridional, com forte impacto nas economias, conduzindo inclusive à recessão. Neste ambiente, a luta contra a desindustrialização – consequência direta da perda de competitividade destas empresas nos países do sul da Europa – tornou-se um dos problemas centrais de Portugal, Espanha, Grécia e Itália. Daí que, há um ano, aquando da tomada de posse, Mario Monti tenha feito um forte apelo ao desenvolvimento industrial do país, designadamente no setor da energia; em Espanha, recentemente o ministério da Indústria, da Energia e do Turismo tenha anunciado o financiamento de 375 projetos industriais considerados estratégicos para a economia (sendo grande parte desse financiamento dirigido a 97 projetos da indústria automóvel); e na Grécia, o país europeu mais afetado pela crise, se tenha igualmente procurado apostar na construção de infraestruturas rodoviárias e outras medidas no setor industrial para favorecer o Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Nestes países, ao contrário do que sucedeu com o setor da construção civil (muito exposto à crise e com profundas quebras registadas devido aos cortes de financiamento bancário), os setores de base tecnológica, por exemplo, mantiveram níveis elevados de atividade e, outros ainda, como o agroalimentar, a indústria automóvel ou os serviços de proximidade, parecem conhecer novo impulso.

De forma distinta do que sucede na Europa (e, em especial, nos países do sul da Europa), os denominados «países emergentes», onde o crescimento económico é expressivo graças a um crescente poder de compra das suas classes médias, vêm mostrando capacidade de superar a crise afirmando-se os verdadeiros motores do crescimento global.

Segundo um recente relatório da Ernst & Young, estes países – que representam 1/3 do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, e englobam os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul) assim como outros 20 países emergentes – poderão ver o seu crescimento abrandar este ano (devido ao abrandamento do crescimento nos EUA e na Zona Euro, situação



GLÓRIA REBELO é Licenciada e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) e , ainda, Mestre em Sistemas Socio-organizacionais da Atividade Económica e Doutora em Sociologia Económica e das Organizações, ambos pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisbon School of Economics & Management. Especialista nas áreas de Direito do Trabalho, Relações Laborais e Políticas Públicas, exerce a atividade regular de Professora Universitária e de Investigadora. Participa regularmente como conferencista em cursos de Pós-graduação e Mestrado em diversas Universidades, em encontros científicos nacionais e internacionais, e em eventos profissionais.

É autora de diversos livros, nomeadamente de *A responsabilidade Civil pela Informação Transmitida pela Televisão* (1999), *Trabalho e Igualdade – Mulheres, Trabalho e Trabalho a Tempo Parcial* (2002), *Emprego e Contratação Laboral em Portugal – Uma análise socioeconómica e jurídica* (2003), *Conjunturas e Tendências – Vol. 1 – Uma Visão sobre Portugal, a Europa e o Mundo* (2009), *Trabalho e Emprego – Actualidade e Prospectiva* (2010), *Conjunturas e Tendências – Vol. 2 – Uma Visão sobre Portugal, a Europa e o Mundo* (2011), *Trabalho e Emprego – Vol. 2 – Actualidade e Prospectiva* (2012), *Estado Social e Austeridade – Textos do Tempo da Austeridade* (2014), *Trabalho e Segurança Social – Uma Perspetiva Socioeconómica e Jurídica* (2015) e *Portugal e o Projecto Europeu – Textos de Reflexão Crítica* (2015). Em 2009 organizou a edição *Código do Trabalho* das Edições Sílabo.

É, também, autora de diversos *working papers*, de diversos artigos publicados em revistas científicas e técnicas, revistas e jornais de grande divulgação nacional, tendo sido, entre setembro de 2005 e setembro de 2007, colunista do *Jornal de Negócios* e, entre janeiro de 2010 e junho de 2011, colunista do *Jornal de Notícias*.

“ Parte valiosa desse trabalho de investigação da autora está patente na sua colaboração, ao longo dos anos, nas publicações da Ordem dos Economistas. (...) Extremamente oportuno e actual, este livro merece a atenção de todos e permite reconhecer o talento e o rigor postos por Glória Rebelo no trabalho que tem desenvolvido ao longo dos últimos anos e agora se publica. ”

Rui Leão Martinho

Bastonário da Ordem dos Economistas

TRABALHO, EMPREGO
E SEGURANÇA SOCIAL
Transformações e Desafios

ISBN 978-972-618-927-5



9 789726 189275